



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência

Exmo. Senhor Chefe do Gabinete
De Sua Excelência o Presidente da Assembleia
Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Rua Marcelino Lima
9901- 858 Horta

S/Referência	S/Comunicação	N/Referência	Data
S/479/2022	17/02/2022	SE/2022/160	23/02/2022

ASSUNTO: Requerimento n.º 298/XII – BE - Antiga torre de controlo de tráfego aéreo do aeroporto de Santa Maria

Em resposta ao requerimento mencionado em epígrafe, subscrito pelos Senhores Deputados António Lima e Alexandra Manes, do grupo parlamentar do BE, sem prescindir quanto ao teor do preâmbulo, encarrega-me o Senhor Subsecretário Regional da Presidência de informar o seguinte:

Em face do conjunto de questões oportunamente dirigido pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda ao Governo Regional, a propósito da antiga torre de controlo de tráfego aéreo do aeroporto de Santa Maria, compete-nos sublinhar que a elaboração do “Projeto de Reabilitação da Antiga Torre e Sala de controlo do Aeroporto de Santa Maria” foi da responsabilidade da ANA, Aeroportos de Portugal, SA.

Em julho de 2019, foi assinada a licença/acordo entre a ANA, Aeroportos de Portugal, SA e a então Secretaria Regional da Educação e Cultura, na qual a ANA se compromete a custear a realização das obras na quantia máxima de 120.000,00€ (cento e vinte mil euros).

Seguem-se as respostas às questões diretamente colocadas pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência

1 - Existe um acordo entre o Governo dos Açores e a ANA, Aeroportos, SA, assinado para esse efeito. Trata-se de uma licença de ocupação do espaço, atribuída pela ANA ao Governo Regional, para desenvolvimento e instalação de um núcleo museológico visitável da aviação.

2 - Na sequência da entrada em vigor da nova orgânica do XIII Governo Regional dos Açores, o “dossier” relativo à empreitada da antiga Torre do Aeroporto de Santa Maria transitou para a esfera de competência da Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações e, por questões orçamentais, não será iniciado em 2022, sendo previsível que possa ocorrer em 2023.

3 – O custo associado a este investimento estava orçamentado, em 2020, em cerca de 500.000,00€, sendo previsível um aumento do mesmo, decorrente da subida de preços no mercado da construção civil, situação que terá igualmente reflexo no cofinanciamento através de fundos europeus.

Com os melhores cumprimentos,